

CURRÍCULO, SABERES E INCLUSÃO COMO ATO DE RESISTÊNCIA NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO E ECONÔMICO BRASILEIRO

Esse Dossiê Especial da Revista Panorâmica *online* reúne artigos elaborados a partir de trabalhos apresentados no Fórum das Licenciaturas Araguaia 2019, constituído pela administração superior da Universidade Federal de Mato Grosso e organizado por um coletivo de professores e estudantes dos cursos de Licenciatura. Este foi o III Fórum das Licenciaturas Araguaia, que ocorreu de 02 a 04 de dezembro de 2019. É característica marcante deste Fórum a busca por aproximação com a Educação Básica, estreitando as relações entre universidade e escola. No ano de 2019, o Fórum assume a tarefa de demarcar o debate sobre diversas questões relacionadas o problema da política de formação de professores nos cursos de Licenciatura, pondo um foco sobre três grandes eixos: Currículo, Saberes, Inclusão. A decisão da comissão organizadora e seus pares, de focar esses eixos, certamente reflete a preocupação com o momento histórico brasileiro e mundial.

Particularmente no Brasil, vivem-se sérias consequências sociais e políticas provocadas pelo processo de ruptura democrática no ano de 2016, quando foi afastada a presidente Dilma Rousseff e assumiu o governo o vice-presidente da República, Michel Temer. Em seu curto governo (12/05/ 2016 a 31/12/2018), Michel Temer cumpriu o propósito de estabelecer o que Pinto e Biasoto Júnior (2016) denominam de estado de sítio fiscal, por meio da Emenda Constitucional nº 95/2016, que definiu como limite das despesas primárias da União Federal, até o ano de 2036, as despesas executadas em 2016 atualizadas pela inflação. De forma inconstitucional foram suspensas garantias constitucionais do mínimo de investimento social.

Daí em diante o país vem atravessando um momento histórico de grande complexidade política, cultural e econômica. No ano de 2018, mais precisamente em 5 de outubro de 2018, a Constituição Federal brasileira completou 30 anos, marcando na história desse país o mais longo período de vigência de um texto constitucional democrático. Mas como a história é feita de contradições, neste mesmo ano o país tornou-se dividido e fragmentado pelas eleições para presidente da república, estabelecendo-se uma polarização política entre “direita” e “esquerda”, “conservadores” e “não conservadores” (as aspas são necessárias para indicar que nenhuma palavra é neutra e, neste contexto, a significação desses conceitos vem sendo alterada), e tantas outras polarizações originadas no embate eleitoral, que foram se acentuando ao longo do ano 2019.

Ao mesmo tempo o desmonte de políticas públicas, que já vinha se estabelecendo pelo aprofundamento do neoliberalismo, alimentado pela concepção mercadológica e empresarial de bens públicos como saúde e educação (entre outros), atinge mais drasticamente ainda as políticas públicas para as camadas mais pobres da população, em particular as políticas educacionais. Com clara intenção de reduzir ainda mais o papel da escola como instituição democrática de formação humana integral por meio da promoção do acesso ao conhecimento sistematizado e ao patrimônio cultural e histórico, são levadas a cabo ações que empobrecem ainda mais o currículo, limitam os temas a serem abordados na escola para o desenvolvimento da consciência crítica das crianças e jovens, rebaixam a função do professor a executor de planos definidos e direcionados ao produtivismo de índices escolares, índices estes que não refletem a realidade concreta das escolas e dos alunos. Os professores e a escola, notadamente a escola pública em todos os níveis do sistema de ensino, que já vinham sofrendo o reducionismo imposto por políticas neoliberais desde os anos do governo Fernando Henrique Cardoso, passam agora a ser objeto de novas formas de desvalorização. Já não bastasse a tragédia docente em curso, muito bem analisada por Evangelista (2017), sob o governo de Jair Messias Bolsonaro, que tomou posse em 01/01/2019, escola e professores são cada vez mais atacados, desvalorizados, humilhados, por meio de discursos e práticas antidemocráticas que põem em risco a liberdade de pensamento e de expressão, incitam a discriminação e o ódio. São adotadas para isso estratégias alimentadas e que se alimentam de notícias oficiosas sem base em fatos reais e em dados concretos. Assim, a combinação de uma política neoliberal que visa esmorecer de vez o papel social do Estado brasileiro, com o conservadorismo antidemocrático, e as posições negacionistas em relação aos saberes científicos, a escola e os professores tornam-se vigiados, delatados, responsabilizados pelas fragilidades históricas do sistema educacional brasileiro. Como bem lembram Pino *et al* (2018, p. 815):

Ao mesmo tempo, repetem-se os enfrentamentos históricos que vêm opondo decisivamente os defensores da escola pública, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, aos setores privatistas e religiosos que querem limitar o campo de ação do Estado na educação, bem como o sentido público da escola. Esses setores também influenciaram decisivamente o processo constituinte de 1987-1988, limitando decisivamente o avanço constitucional em temas como a gestão democrática do ensino e impondo novamente os seus interesses sobre a educação escolar. Dois pontos são emblemáticos nesse processo, com efeitos nefastos que se tornam mais evidentes,

sobretudo no atual contexto de retrocessos e ameaças às conquistas de 1988: a autorização de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada e o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental.

O projeto educacional do Governo Jair Messias Bolsonaro é de alinhamento da escola, da formação e do trabalho dos professores aos interesses do mercado econômico. Os professores, os estudiosos, os pesquisadores do campo educacional não são ouvidos pois os interlocutores privilegiados para a definição de políticas educacionais passam a ser os empresários, religiosos, movimentos conservadores de direita, tendo por objetivo a formulação de diretrizes e orientações para um suposto restabelecimento da economia, uma suposta “moralização” da escola. Esses diretrizes e estratégias orientam-se por posições negacionistas em relação à ciência, ao conhecimento, aos direitos humanos, à diversidade cultural, às identidades étnicas e de gênero, sendo que alguns chegam ao obscurantismo, como os que defendem o terraplanismo, negam a existência de danos ao meio ambiente mesmo diante dos evidentes desastres ambientais, apregoam a “cura gay” etc. O objetivo claro dessas práticas e discursos é a desvalorização da escola e do conhecimento, e como estratégia utilizam a afronta ao saber científico e a todo aquele que possa ser considerado seu representante, como o professor, tendo em vista o avanço de práticas sociais baseadas em crenças (religiosas ou não) e em posições filosóficas que, desprovidas do rigor do pensamento, não passam de elucubrações fantasiosas.

O corte orçamentário geral adotado como eixo central da política do governo Jair Messias Bolsonaro atingiu diversos ministérios, provocando esvaziamento de ações governamentais em todos os setores da sociedade, com impacto terrivelmente negativo em setores como saúde, educação, ciência e tecnologia (haja vista o corte de bolsas e financiamentos de estudos e pesquisas). Essas medidas já iniciadas no Governo Michel Temer, tornam letra morta o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE, Lei nº 13.005/2014). Ao lado de mais redução dos investimentos em educação, sob a gestão do Ministro Abraham Weintraub reduz-se também a autonomia pedagógica e curricular, e eleva-se o autoritarismo, o conservadorismo e assimilação do modelo empresarial ao processo educacional.

Neste momento em que a educação escolar, a escola pública e os professores sofrem ataques da sociedade e do próprio governo e seu ministro da educação, algo nunca antes visto na história brasileira, a realização de eventos científicos e de publicações científicas que tragam para o centro do debate as questões mais cruciais envolvendo o direito à educação, representa uma forma de resistência à desastrosa e nefasta política educacional em curso em nosso país. É o que se propõem o Fórum das Licenciaturas Araguaia e a Revista Panorâmica *online*. Discutir Saberes e Práticas Docentes frente aos desafios postos à escola, problematizar e questionar os impactos da Educação Inclusiva, refletir criticamente sobre os desdobramentos da mudança curricular via Base Nacional Comum Curricular, representa uma forte intencionalidade de defender e salvaguardar a única possibilidade de esperança que talvez reste de fato à população pobre: a escola democrática que promove e enriquece o desenvolvimento dos alunos por meio da apropriação de conhecimentos¹.

Prof.^a Dr.^a Raquel A. Marrada Madeira Freitas
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGO)

Referências

- PINO, I. R. *et al.* Educação e Constituinte: Carta de Goiânia revisitada. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, n. 145, p. 811-816, dez. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302018000400811&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 fev. 2020.
- PINTO, E. G.; BIASOTO JUNIOR, G. Suspende ou adiar custeio de direitos fundamentais nem deveria ser cogitado. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 3 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-jul-03/adiar-custeio-direitos-fundamentaisnem-deveria-cogitado>>. Acesso em: 16 fev. 2020.

¹ Ressalta-se que no momento em que os pesquisadores e estudantes provavelmente preparavam ou concluíam seus escritos para compor este Dossiê, o ano de 2020 se iniciava sem perspectivas de mudança do cenário político, cultural e econômico, com agravamento da pobreza e da desigualdade social. Entretanto, o que ninguém poderia imaginar é que tamanha precariedade poderia se tornar ainda mais grave, ainda mais agravada pelo terrível fenômeno mundial da pandemia causada pelo Covid-19, aprofundando drasticamente todas as contradições e desigualdades sociais, atingindo o Brasil no mês de março de 2020. Esta pandemia trouxe desdobramentos e consequências antes inimagináveis para toda a sociedade, particularmente para as escolas e professores, que não cabe discutir neste Editorial, mas que não se poderia deixar de mencionar, mesmo que em nota de rodapé.